

BRANDÃO, Eduardo. **A concepção de matéria na obra de Schopenhauer**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2009, 367 p.

**Daniel Quaresma F. Soares**

*Doutorando em Filosofia pela USP e bolsista do CNPq.*

*E-mail: [danquaresma@ig.com.br](mailto:danquaresma@ig.com.br)*

Originado a partir da tese de doutoramento defendida por Eduardo Brandão na Universidade de São Paulo, *A concepção de matéria na obra de Schopenhauer* pode ser apresentado a partir de duas das suas grandes virtudes, que se inter cruzam. Em primeiro lugar, surge neste livro uma interpretação robusta e inovadora acerca da noção de matéria no pensamento schopenhaueriano. Já na *Introdução*, o autor alude à possível reação de um leitor, que perguntaria: diante de questões mais “nobres e abrangentes” (p. 16) da filosofia de Schopenhauer – tais como a negação da Vontade, a estética e a moral –, por que se deter num tema aparentemente tão “pacífico” e localizado como a matéria? A resposta virá durante todo o livro, e não poderia ser mais clara: justamente porque a concepção de matéria nada tem de pacífica na obra de Schopenhauer. Ao contrário, a matéria será demonstrada como um ponto central de cruzamento, a partir do qual é possível tanto constatar influências pouco conhecidas sobre o pensamento schopenhaueriano quanto lançar luz sobre a articulação de temas capitais para o sistema da Vontade, tais como a relação sujeito/objeto, a metafísica e o argumento de analogia entre homem e mundo.

O suposto caráter não-problemático da concepção de matéria ruirá na medida em que Brandão expõe o modo como tal concepção foi gradualmente alterada e revisada por Schopenhauer, geralmente de modo inconfesso, desde as obras de juventude até o segundo volume de *O mundo como vontade e representação*. Assim, trata-se justamente de levantar uma suspeita sobre esse aparente ponto pacífico da filosofia schopenhaueriana. Desconfiança que nos leva à segunda das grandes virtudes desta obra. Valendo-se da análise específica da noção de matéria, o autor questiona tacitamente um modo cristalizado de abordagem da filosofia de Schopenhauer. Afinal, talvez por excesso de confiança nas palavras do filósofo (que afirma recorrentemente a unidade a-histórica de seu pensamento), em grande parte dos comentários sobre Schopenhauer ainda é rara a investigação de temas a partir da periodização de seus escritos. Segundo Brandão, *no caso específico da concepção de matéria* (o que não significa que tal periodização caberia à análise de qualquer questão da filosofia schopenhaueriana), não há como efetuar uma abordagem consequente do tema sem recorrer à divisão histórica dos escritos de Schopenhauer em três períodos: o primeiro engloba a *Dissertação* de 1813 e a primeira edição de *Sobre a visão e as cores*; o segundo é constituído pela primeira edição de *O mundo como vontade e representação*; e o terceiro

abrange todas as obras publicadas a partir de *Sobre a vontade na natureza* (texto no qual começaria a ocorrer a mudança decisiva na concepção de matéria em Schopenhauer).

Assim, o enfoque na questão da matéria teria como função tanto esclarecer o importante (e geralmente desconhecido) papel dessa noção na filosofia schopenhaueriana – apresentando também as (muitas vezes insuspeitas) influências que a constituem –, quanto levantar uma suspeita que cabe a todos nós, historiadores da filosofia da Vontade: até que ponto devemos aceitar, confiantes naquele “pensamento único” tão apregoado pelo filósofo, que não há grandes modificações de percurso na filosofia de Schopenhauer? No entrecruzamento entre essas duas facetas (uma relativa ao conteúdo da investigação e outra implícita, metodológica), Eduardo Brandão analisa “as transformações do conceito de matéria ao longo da obra de Schopenhauer” (p. 17) em quatro capítulos.

No primeiro, intitulado *O lugar da matéria*, o autor procura apontar alguns dos problemas que teriam levado Schopenhauer, em determinado momento de sua trajetória intelectual, a reconfigurar toda a teoria da representação. Mostra-se, por exemplo, que, segundo a letra schopenhaueriana, é preciso identificar forças naturais e Ideias. Porém, o conhecimento das Ideias, como sabemos, é reservado sobretudo ao gênio. Em contrapartida, o terceiro livro d’*O mundo* demarca nitidamente a separação entre conhecimento estético e conhecimento científico. Sendo assim, como se daria um conhecimento específico de tais forças naturais, conteúdo da metafísica da natureza, que não recaísse num conhecimento estético? Ou seja, nessa configuração “não poderia haver um *modus operandi* do conhecimento específico da metafísica da natureza” (p. 27). Se, conforme explicitado em *Sobre a Vontade na natureza*, Schopenhauer almejará uma confirmação de sua metafísica por meio da ciência, como seria possível (dada a separação radical entre ciência e estética) operar essa relação? Assim, seria preciso “encontrar uma relação entre as ciências e a Vontade que não seja de exclusão, [...] mas de cooperação” (p. 39).

A tentativa de solucionar tais problemas, entre outros, exigiria uma revisão da teoria da representação, na qual uma renovada concepção de matéria encontrará seu lugar. Segundo Brandão, Schopenhauer perceberá que a Ideia não pode ser estabelecida como o único elo da corrente entre a Vontade e seus fenômenos; afinal, se a função da Ideia é precisa no domínio da estética e da moral, o mesmo não se pode dizer da metafísica da natureza. Com efeito, a matéria poderia ocupar a função de elo entre Ideia e fenômeno, já que é, por um lado, causalidade, e por outro, a instância na qual a Ideia se manifesta. Para conceber essa função, o filósofo precisará ampliar a noção de matéria, conferindo-lhe um estatuto metafísico que ainda não aparecia nos textos de juventude e na primeira edição d’*O mundo*. À matéria deverá ser conferido um “duplo registro no terreno da objetividade” (p. 63).

Na última seção do primeiro capítulo e no decorrer do segundo, intitulado *Os dois lados da matéria*, o duplo registro da matéria na filosofia schopenhaueriana será explicitado. Segundo Eduardo Brandão, a partir de 1836 o filósofo de Danzig começa a estabelecer uma distinção entre *Materie* e *Stoff*.

Ambos os termos deveriam ser igualmente traduzidos por matéria, pois referem-se à mesma noção; porém, tal diferenciação tem a função de ressaltar o duplo ponto de vista schopenhaueriano acerca da matéria. O autor demonstra como a diferença entre *Materie* e *Stoff* há muito está presente nos comentários (sobretudo entre os alemães) sobre a filosofia de Schopenhauer. Porém, o papel dessa distinção ainda não teria sido suficientemente utilizado para elucidar as influências recebidas e os debates travados pelo filósofo quando da elaboração do “arcabouço conceitual em que se move a metafísica da natureza” (p. 68). Essa é a tarefa à qual o livro se consagra, e com êxito.

A partir de passagens nas quais Schopenhauer aproxima explicitamente a Ideia, tal como aparece na metafísica da natureza (os graus de objetivação da Vontade), e a noção de *forma substantialis*, oriunda da tradição aristotélica, Brandão aponta a insuspeita presença de uma vertente aristotélica no interior da noção (supostamente platônica) de Ideia em Schopenhauer. Retomando, à sua maneira, a oposição entre nominalismo e realismo, o filósofo alemão teria procurado esclarecer o estatuto da Ideia (*unitas ante rem*) e do conceito (*unitas post rem*). Assim como alguns autores medievais buscaram pacificar a querela entre realismo e nominalismo, Schopenhauer buscaria pacificar conceito e Ideia em sua teoria da representação, a fim de legitimar o *modus operandi* da metafísica da natureza, que será conduzido pela noção de *Materie*. Desse modo, mostra-se como, no interior da noção de Ideia schopenhaueriana, sempre dita platônica, esconde-se (após a revisão da teoria da representação) um registro aristotélico. Porém, Brandão alerta que “não se trata de preferir o estagirita a Platão, mas de, no fundo, tentar estabelecer uma coexistência (devidamente camuflada por Schopenhauer) entre ambos” (p. 80). Mostra-se inclusive como a revisão da teoria da representação é também influenciada por Giordano Bruno e Plotino (autores que tentaram, cada um a seu modo, efetuar uma aproximação entre Platão e Aristóteles).

Concomitantemente, o autor de *A concepção de matéria na obra de Schopenhauer* ressalta que essa remissão a Aristóteles deve ser tomada com cautela. Afinal, Schopenhauer não faria uso das noções aristotélicas de modo fiel, mas as adaptaria às finalidades de seu próprio pensamento. Assim, tais aproximações deveriam ser sempre consideradas de modo analógico. Além disso, a referência a Aristóteles nunca seria direta, mas intermediada pela escolástica, sobretudo por Suárez.

Ressalvas feitas, Eduardo Brandão demonstra com acuidade as diversas aproximações possíveis entre a concepção schopenhaueriana de matéria e noções oriundas da tradição aristotélica. A *Materie* poderia ser compreendida de maneira análoga à noção medieval de *materia prima*, ao passo que *Stoff* poderia ser aproximada da concepção tomista de *materia signata*. A *Materie* seria concebida como análoga à substância (embora retraduzindo a noção aristotélico-escolástica para o interior do idealismo schopenhaueriano), o que permanece na mudança; *Stoff*, por sua vez, seria concebida como análoga ao acidente, referindo-se aos estados da matéria. Em suma, a *Materie* seria matéria sem forma e qualidade: uma abstração, um conceito resultante de uma operação da razão, que não é dado na experiência, mas

apenas pensado. Ela seria uma atividade permanente *in abstracto*, um agir em geral. Já *Stoff* seria matéria formada e qualificada, dada na experiência. Ou seja, matéria intuída, agir em concreto, resultado de uma operação do entendimento. Ainda no horizonte de um referencial aristotélico (sempre permeado pela escolástica), a relação entre *Materie* e *Stoff* poderia também ser vista analogamente como uma relação entre potência e ato.

Com efeito, a dupla significação conferida à matéria surgiria para tentar dirimir algumas aporias suscitadas pela primeira edição d’*O mundo*. Por exemplo: “como uma matéria que é causalidade (portanto, essencialmente mudança) pode, ao mesmo tempo, permanecer numa mudança?” (p. 100). Esse duplo registro permitiria ao filósofo enfim elucidar como a matéria pode ser concebida como o elo de ligação entre a Ideia e o *principium individuationis* (noção também retirada da tradição aristotélica medieval). Com o par *Materie* e *Stoff*, Schopenhauer seria capaz de esclarecer aquela passagem entre Ideia e fenômeno. Afinal, a *Materie* é a arena da luta dos graus de objetivação da Vontade. Ela cumprirá a função de receptáculo, permitindo essa passagem na medida em que é concebida pelo filósofo de Danzig como aquilo que permanece: “não sendo dada em nenhuma experiência, é pressuposta em todas elas como o sujeito (portador) dos predicados (ou qualidades) que justamente as formas (idéias) ocasionam ao se manifestar nos fenômenos (que são, por sua vez, *Stoff*)” (p. 143-144). Sem se confundir com um substrato real, a noção de *Materie* surgiria para articular aquela dificuldade encontrada no cerne da metafísica da natureza.

No terceiro capítulo, intitulado *As metafísicas e a matéria*, Brandão inicia problematizando a afirmação schopenhaueriana que designa a tábua dos *Praedicabilia a priori* (apresentada no capítulo 4 dos *Complementos*) como uma propedêutica aos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* de Kant, demonstrando como é preciso constatar a influência de uma ontologia pré-crítica (de tradição aristotélica) a atravessar o pretenso kantismo alegado por Schopenhauer.

Mas a principal tarefa deste capítulo talvez seja esclarecer o deslocamento fundamental na teoria da representação schopenhaueriana, rematado pelo segundo volume d’*O mundo*, no qual sujeito e *Materie* passam a ser apresentados como polos do mundo como representação. Nele, a correlação entre sujeito e objeto seria, de certo modo, transformada na correlação entre sujeito e matéria: polos subjetivo e objetivo da representação, respectivamente. Segundo o autor de *A concepção de matéria na obra de Schopenhauer*, tal deslocamento traria fortes consequências à metafísica schopenhaueriana, já que a *Materie* passaria também a ser concebida como a objetivação da Vontade tomada *in abstracto*. Ou seja, assim como o sujeito (por meio do corpo, objeto imediato) era, desde a primeira edição da obra magna schopenhaueriana, a visibilidade subjetiva da Vontade, a matéria tornar-se-ia – no período final da trajetória intelectual do filósofo – a visibilidade objetiva da Vontade.

Por meio dessa dimensão metafísica da *Materie*, Schopenhauer teria introduzido no plano da representação o vínculo com a Vontade, viabilizando, assim, como se uma passagem do fenômeno ao em si. Com isso, aproximar-se-ia a possibilidade de uma fundamentação metafísica da natureza. Afinal, “a metafísica da natureza, ao analisar a Vontade do ponto de vista objetivo (na matéria, portanto) tem de ser justamente *metafísica*” (p. 205). Com efeito, apenas esse novo estatuto da matéria tornaria possível realizar uma confirmação da metafísica pelas ciências, exigência exposta em *Sobre a vontade na natureza*.

Segundo o autor, esse deslocamento ajudaria também a lançar luz sobre um dos pilares do “pensamento único” schopenhaueriano: a atribuição de um sentido moral ao mundo, estabelecendo a correspondência entre moral e metafísica da natureza. Afinal, se já se afirmava que a mesma Vontade age tanto na ética quanto na natureza, a partir da revisão da teoria da representação seria possível explicar conceitualmente a relação entre elas. Aquilo que para o homem é designado como caráter equivale, na natureza, à noção de força. Tal força, por sua vez, concebida como grau de objetivação da Vontade ou Ideia, manifesta-se na matéria. Neste sentido, um papel fundamental teria sido desempenhado já quando o filósofo instalara a lei de motivação não apenas na quarta classe de representações, como acontecia na *Dissertação* de 1813, mas como uma das três modalidades da primeira classe (ao lado da causalidade em sentido estrito e da excitação). Essa passagem da quarta classe à primeira teria possibilitado a Schopenhauer estabelecer o solo inicial para vincular moral e natureza, tornando análogas necessidade física e moral.

A partir desse solo, a revisão da teoria da representação efetuará finalmente uma operação fundamental no interior do sistema da Vontade: conceitualizar o argumento de analogia, que teria sido apresentado de maneira apenas parcial no segundo livro d’*O mundo*. A formalização conceitual do argumento de analogia encontra suas raízes em *Sobre a Vontade na natureza*. Nessa obra percorre-se aquele argumento em sentido inverso: ou seja, parte-se das manifestações objetivas da Vontade na matéria e conclui-se por sua manifestação subjetiva. Assim, ao mesmo tempo em que corrigiria a parcialidade da formulação apresentada no segundo livro d’*O mundo*, o texto de 1836 abriria caminho para o estabelecimento da correlação entre sujeito e matéria, posteriormente explicitada nos *Complementos*: “além do ponto de vista subjetivo sobre a Vontade deve haver, como correspondente, um ponto de vista objetivo” (p. 230). Na medida em que a matéria aparece como polo objetivo da representação, o argumento de analogia poderia ser finalmente conceitualizado: “e a ideia de analogia se transforma neste reconhecimento de que, assim como se manifesta subjetivamente no sujeito do querer, a Vontade manifesta-se objetivamente na matéria” (p. 236).

No último capítulo, *Idealidade e Realidade*, trata-se de retirar algumas consequências dos capítulos anteriores. Um resultado importante da formalização da analogia entre natureza e moral

refere-se à questão da liberdade: se, do ponto de vista subjetivo, a filosofia schopenhaueriana reconhece a liberdade do fazer, seria preciso (após a revisão da teoria da representação) reconhecer algo análogo do ponto de vista objetivo. Ou seja, assim como o homem possui caráter empírico e inteligível, “cada objeto tem de conciliar liberdade e necessidade” (p. 261). A dupla significação da matéria seria capaz de responder a essa exigência. Afinal, se ser livre é não estar submetido a uma razão suficiente, a *Materie* – assim como seu correlato, o sujeito – poderia ser considerada livre. Desse modo, “na noção de matéria conciliam-se liberdade (ou seja, indeterminação, idealidade transcendental, através da noção de *Materie*) e necessidade (determinação, necessidade, realidade empírica, através da noção de *Stoff*)” (p. 263).

Consciente da meta schopenhaueriana de conjugar idealidade transcendental e realidade empírica, outro ponto crucial deste capítulo é o esclarecimento da posição de Schopenhauer acerca do materialismo. Segundo Brandão, mesmo após as críticas (já presentes na primeira edição d’*O mundo*) à “petição de princípio” em que recai o materialismo, o filósofo de Danzig poderia reconhecer as pretensões dessa doutrina (que concebe o conhecimento como modificação da matéria) desde que fossem reconhecidas igualmente as pretensões do idealismo (que, por sua vez, concebe a matéria apenas como modificação do conhecimento do sujeito). Diante da questão do materialismo, Schopenhauer apenas seria consequente com sua teoria da representação, que sempre sustentara não haver objeto sem sujeito nem sujeito sem objeto. Com isso, Eduardo Brandão rechaça as interpretações que pretendem apontar um materialismo insidioso que dominaria a teoria do conhecimento de Schopenhauer. Segundo o autor, a revisão da teoria da representação permitiria explicar como a matéria possui tanto realidade empírica quanto idealidade transcendental.

Desse modo, a concepção de matéria na filosofia de Schopenhauer encerraria um *ideal-materialismo*. E se o materialismo poderia ter suas pretensões reconhecidas desde que reconhecesse a contrapartida idealista, o mesmo ocorreria com o idealismo: por isso, a partir da dupla significação da matéria Schopenhauer procuraria defender o idealismo transcendental kantiano contra o idealismo absoluto de Fichte, Schelling e Hegel. Neste sentido, o autor demonstra como a descoberta da primeira edição da *Crítica da razão pura* propiciou uma reaproximação de Schopenhauer em relação a Kant. Segundo o filósofo da Vontade, apenas nessa edição Kant professaria um idealismo genuíno, não recaindo em dogmatismo (numa leitura em que Schopenhauer sofreria influência do céptico Schulze) e assumindo resolutamente a máxima “não há objeto sem sujeito”. O idealismo que transparece nos *Paralogismos da alma*, na primeira edição da *Crítica da razão pura*, teria sido influência decisiva para a revisão da teoria da representação schopenhaueriana, permitindo o estabelecimento da correlação entre sujeito e matéria.

Na *Conclusão*, Brandão frisa como a noção de matéria é um ponto privilegiado para vislumbrarmos as diversas “tendências” que atuam sobre a filosofia de Schopenhauer. Afinal, a

compreensão do ideal-materialismo schopenhaueriano permitiria constatar como o sistema da Vontade incorpora elementos kantianos, pré-críticos e pós-kantianos (em seu combate contra o idealismo alemão). Por último, o autor apresenta ainda um excuro denominado *Algumas observações sobre Schopenhauer, Heidegger e Nietzsche*, cujo objetivo principal é apontar algumas possíveis consequências de sua obra para a interpretação do pensamento nietzschiano.

Portanto, procuramos apresentar, de modo apenas rudimentar, algumas das principais articulações de *A concepção de matéria na obra de Schopenhauer*. A exposição de Eduardo Brandão é repleta de minúcias esclarecedoras (tanto sobre a noção de matéria quanto sobre outros aspectos do pensamento schopenhaueriano) e amiúde surpreende pela erudição (sobretudo em relação à filosofia medieval).

A partir de uma tese original e audaciosa, que não teme extrapolar as leituras habituais da filosofia de Schopenhauer, o livro tem a grande virtude de introduzir uma desconfiança sobre a interpretação daquele “pensamento único” como ausência de modificações relevantes no percurso da filosofia schopenhaueriana. A postura de Schopenhauer, que raramente admite mudanças significativas no interior de seu pensamento, acaba por gerar aporias entre diferentes períodos da obra. Por meio da análise da noção de matéria, Eduardo Brandão não se exime de apontar tais aporias, demonstrando como uma leitura cuidadosa é capaz de, se não as dissolver, ao menos compreender sua função.

Recebido: 20/12/12  
Received: 12/20/12

Aprovado: 29/12/12  
Approved: 12/29/12